

## A CULPA NÃO É MINHA

*para onde vai a educação quando o professor "joga a toalha"?*

Anísio José Pereira Filho<sup>1</sup>

Seis anos de trabalho na EAJA deixam um misto de sentimentos confusos. Há um gosto de decepção, frustração e objetivos não alcançados; há também uma sensação de encontro com pessoas com trajetórias de vida singulares, um encontro com um Outro. Nestes anos não foram poucos os momentos de por em questão a opção pela carreira do magistério, momentos em que a identidade profissional esteve em xeque. Várias experiências não deram certo e a cada novo fracasso uma série de questões: "o que estou fazendo aqui perdendo meu tempo com esses alunos?" "Dediquei as minhas energias estudando para dar nisso?" "O que fazer para superar essa realidade?" "Que estratégias utilizar para envolver os estudantes?" "O que fazer para tornar esse público mais vivo, animado, com vontade de estudar?" "Que linguagens usar para comunicar com esse público?" "O que fazer para que a escola seja um lugar de onde eles saíam diferentes do modo como entraram?" "O que fazer para que a escola faça diferença na vida desses sujeitos?"

A convivência com os colegas professores nos vários espaços deixa claro que essa é uma realidade vivida por todos em qualquer modalidade: seja na EAJA ou no Ciclo. Nós professores sofremos com a atual experiência de dar aula. Essa constatação aponta a necessidade urgente que se apresenta na educação brasileira atualmente: pensar a situação do professor no ensino básico. Pretendo fazer neste artigo alguns apontamentos sobre esta questão geral a partir de um aspecto específico. E o farei com base nas experiências que tive nestes seis anos convivendo com os colegas da Rede Municipal de Goiânia.

Tomemos como exemplo uma discussão que ocorreu durante o simpósio da EAJA de 2015. No dia 28 de setembro participei da segunda parte do Simpósio promovido pela Rede Municipal de ensino. Este momento foi destinado à discussão dos eixos que estruturam a Proposta Político-Pedagógica da EAJA. Participei de um grupo que discutia o eixo *sujeitos da EAJA*, no qual os participantes foram convidados a relatar e discutir aquilo que suas escolas estão colocando em prática no período noturno.

Os professores identificaram a mudança no perfil dos estudantes da modalidade. Se antes o público da Educação de Jovens e Adultos era formado principalmente por adultos,

---

<sup>1</sup> Professor de História na Rede Municipal de Goiânia desde 2009 trabalhando com turmas de Educação de Adolescentes Jovens e Adultos de 5ª a 8ª série.

agora cada vez mais tem se constituído de adolescentes. Este fato, segundo os professores, coloca várias dificuldades para o processo de ensino-aprendizagem. O público mais jovem não tem compromisso com seus estudos nem com a escola, há uma falta de interesse generalizado que leva à indisciplina e ao baixo desempenho. Por outro lado, os adultos, que demonstram interesse e vontade de estudar, não se adaptam à convivência com os adolescentes e acabam desistindo de estudar.

Além do conflito de gerações na sala de aula, a presença dos adolescentes traz outros problemas. Os professores relataram casos de violência, tráfico e consumo de drogas, prática sexual e outros dentro da escola; também mereceram destaque os casos de descompromisso com a escola, desrespeito à autoridade do professor, uso indiscriminado de aparelhos celulares. Esses relatos juntos ressaltaram a situação dramática que o professor da escola básica vive, uma situação de fragilidade e impotência diante da realidade que se apresenta na sala de aula.

Os relatos foram feitos num tom de denúncia contra as autoridades, principalmente a Secretaria Municipal de Educação que, segundo os professores, se exime de suas responsabilidades deixando-os sem condições de trabalhar. Neste sentido citaram a falta de dinheiro que impede a realização de atividades fora da escola e inviabiliza tantas outras ações, os baixos salários que obriga o professor a trabalhar três turnos diários, as precárias condições materiais de trabalho, a omissão na segurança das escolas etc. Em resumo, o posicionamento é o de apontar que, nessas condições, não há como promover uma educação de qualidade e que as coisas são assim porque a Secretaria Municipal não assume suas responsabilidades.

A convivência com os colegas da Rede, nestes seis anos, nos vários grupos de professores com os quais trabalhei, cursos de formação, minicursos, jornadas pedagógicas, fóruns, simpósios e seminários, mostra que enfatizar as responsabilidades da Secretaria Municipal nas mazelas da educação é um dado recorrente. É preciso deixar bem claro a minha inteira concordância com a constatação dos professores quanto a responsabilidade da Secretaria nos problemas da educação, é público e notório que a educação não é uma prioridade no Brasil o que resulta na falta de uma gestão pública preocupada realmente com a qualidade do ensino. Mas o que pretendo discutir aqui são alguns pontos, ao meu ver problemáticos, no posicionamento dos colegas professores.

O primeiro aspecto a se destacar é a chave de compreensão da questão com a qual os professores operam. A discussão, para eles, acontece no sentido de encontrar culpados pelos problemas que vivem. E se há culpados certamente há inocentes. Cria-se, então, uma espécie de arena onde todos empenham esforços na mobilização de exemplos, na construção de

argumentos que demonstrem a culpa da gestão pública. Todo o esforço acontece no sentido de livrar-se "da culpa". Assim, os professores repetem o comportamento da gestão que eles mesmos apontam como responsável pelo caos que vivem: eximir-se de suas responsabilidades. Nas narrativas dos professores, eles são profissionais empenhados em fazer uma educação de qualidade, mas diante de estruturas que não podem enfrentar não têm nada a fazer a não ser resignar-se. Chega-se assim a um impasse, pois esse posicionamento inviabiliza qualquer discussão produtiva sobre a educação na Rede: a culpa é da Secretaria e os professores não têm nada a fazer. Qualquer momento, então, onde a proposta é discutir "a realidade", passo tão importante para mudanças, acaba esbarrando neste impasse.

Não é preciso muito esforço para perceber o simplismo de uma compreensão que pensa os problemas da educação a partir da chave culpados *versus* inocentes. A educação é um processo muito complexo para ser pensado assim. Dele participa muitos sujeitos, muitas determinações, muitas interações. Pensar que há culpados e inocentes pela situação da educação é tratá-la como uma ciência exata, é achar que em educação é possível obter um resultado certo com uma ação determinada. A educação é sempre um campo de possibilidades onde uma ação ou omissão pode desencadear resultados imprevistos.

É claro que isso não significa que tudo deve estar frouxo, que ninguém deve assumir responsabilidades pelas quais deve responder. Em educação, os sujeitos que dela participam devem assumir suas responsabilidades integralmente. Por isso mesmo, os professores não devem repetir o erro da Secretaria e eximir-se de qualquer responsabilidade. Que a educação tem problemas é patente, é possível a um professor se eximir inteiramente de qualquer responsabilidade e dizer que diante da situação que se encontra não pode fazer nada? Que a culpa é da Secretaria? Fazer isso é depor contra si! O professor é um sujeito implicado no processo educação e não pode, em nenhuma hipótese, dizer que não tem nada a fazer diante da realidade que se apresenta na escola.

Mas é preciso também reconhecer que o campo educacional é permeado por relações de poder e, como diz o ditado popular, "a corda sempre arrebenta do lado mais fraco". O professor é o lado mais fraco! O professor costuma carregar sobre suas costas mais responsabilidades do que tem. Geralmente é considerado o único culpado pelo fracasso escolar dos estudantes. Sendo assim, é fundamental atentar-se para a divisão de responsabilidades no processo educativo. É preciso deixar bem claro a quem compete o que. Qual é a parte que cabe ao professor? Parece claro que é a parte pedagógica, esta é a arena, o campo de luta do professor. Esta é a parte que cabe ao professor responder por ela, da qual não há como fugir da responsabilidade.

Não sejamos ingênuos, um bom trabalho pedagógico depende do desempenho a contento de outras responsabilidades que não competem ao professor, mas mesmo quando isso acontece não há como o professor escapar à sua responsabilidade.

Vamos tomar o exemplo dos alunos adolescentes infratores trazido pelos professores no Simpósio. Certamente é um público que se constituiu como tal em função de omissões de responsáveis que não assumiram suas responsabilidades, não é "culpa" dos professores. Mas esses alunos estão na escola e a presença deles gera "problemas" que interferem diretamente na parte que cabe ao professor desempenhar no processo educativo.

A posição dos professores é a de que a presença desses alunos inviabiliza o seu trabalho. Mas na minha convivência com esses alunos, uma questão tem ganhado contornos cada vez mais claros: esses meninos não estariam colocando para a escola uma demanda nova? O que está sendo lido como indisciplina, desinteresse, descaso com a escola não se trataria de uma necessidade de mudanças profundas na escola, mudanças na organização pedagógica, na organização do tempo e do espaço, nas metodologias das aulas, nas relações entre os sujeitos no interior da escola? Não haveria aí uma demanda pelo repensar das relações hierárquicas e da relação com o conhecimento? Os alunos adolescentes da EAJA são, via de regra, repetentes das turmas do Ciclo, então já têm uma experiência de fracasso com esse modelo de escola e de aula. Por que manter esse modelo?

Assim chegamos a um ponto fundamental. Na obstinação dos professores em apontar as responsabilidades da Secretaria e negar-se a discutir as suas está uma forte resistência à mudança. Parece que todo o esforço despendido na construção da compreensão citada acima encontra sua razão de ser na manutenção da posição onde se está. E esse apego faz com que, com o tempo, o professor deixe de enxergar outras possibilidades de fazer pedagógico.

O que produz esse apego e essa cegueira? A resposta aponta para o perfil do professor da Educação Básica. Em grande medida, um perfil construído pela combinação de realidade vivida na escola, organização e administração dos sistemas de ensino, opção pessoal do professor, etc. Com o perfil do professor que temos atualmente nenhuma mudança efetiva será possível na educação.

Que perfil é esse então? Aqui também temos o problema de impor ao professor características que ele não tem. Tem se constituído no senso comum um estereótipo. De qualquer forma, é preciso reconhecer que o professor do ensino básico, salvo as exceções, acomoda-se facilmente, é desmotivado, falta muito ao trabalho, não demonstra compromisso com a causa, muitas vezes é despolitizado, sem consciência de classe, aceita imposição dos

sistemas de ensino, é fatalista, não acompanha a produção científica da sua área, não pesquisa, não estuda, muitos não têm o hábito de ler, forma opinião no senso comum.

Como dito de passagem, muitos fatores se combinam na produção desse perfil. Vamos tomar como ponto de partida desses fatores o seguinte: o professor do ensino básico só dá aulas. Isso não significa fazer coro à assertiva do senso comum de que dar aula não é trabalho, como se fosse algo muito fácil. O que quero ressaltar é que a única atribuição do professor do ensino básico é dar aula, o que se cobra dele é dar aula. E sendo essa sua única atribuição ele dá aula e dá muita aula. Muitos trabalham três turnos diários. O professor investe toda a sua energia nisso e só consegue conciliar encontrando "fórmulas de aula" que vai repetindo indefinidamente. Ora, dar aula não é algo simples, exige tempo, dedicação, preparação, deve ser somente a ponta de um processo de elaboração intelectual. Mas quando a única atribuição é dar aula, isso deixa de ser um ato construído intelectualmente, uma prática amparada em teoria, e torna-se um ato mecânico como o movimento de um operário que maneja sua ferramenta na linha de montagem. Para um profissional nessas condições, reduzido a mero trabalhador braçal do ensino, o curso natural das coisas é acomodar-se o mais rapidamente possível à tradição que encontra na escola. É também aceitar tudo que lhe é apresentado, seja na forma de proposta ou seja na forma de uma ordem, como uma imposição contra a qual não adianta se contrapor.

Para mudar essa situação seria preciso, então, melhorar o salário do professor para que assim ele possa dar menos aula? Com certeza, não! Se tivéssemos o salário aumentado ainda assim não mudaria a lógica que leva um "profissional" a optar por dar aula os três turnos. E qual é essa lógica? Vamos imaginar que o salário do professor, por trinta horas semanais, passasse a ser de cem mil reais mensais, então esse professor se perguntaria: por que vou ganhar só cem mil reais se posso ganhar trezentos mil por mês? É essa a lógica que rege a opção por dar tanta aula.

Para mudar essa situação talvez pudéssemos começar por cobrar do professor da escola básica mais atribuições que simplesmente dar aula. Então seria trabalhar mais ganhando o mesmo salário atual? Óbvio que não. Seria preciso incluir na carga horária do professor tempo para participar da agenda de eventos de sua área de formação, tempo para produção de artigos, apresentações de trabalho, eventuais pesquisas. Seria preciso, então, uma mudança no regime de trabalho do magistério do ensino básico. É claro que na atual conjuntura política esse tipo de mudança pertence ao mundo dos sonhos.

Para mudar esse quadro seria preciso, ainda, criar no cotidiano das escolas, nas salas de professores, nas reuniões de planejamento, etc., um ambiente onde as discussões

estivessem amparadas por teorias, as escolas são espaços onde vários tipos de conhecimento circulam mas o conhecimento científico encontra sérias dificuldades para se fazer presente. Seria necessário também repensar eventos promovidos pela Rede Municipal como as Mostras Pedagógicas; seria mais produtivo se tivéssemos um evento acadêmico onde os professores, em vez de expor as produções em estandes, apresentassem suas experiências na forma de comunicação oral que seria discutida na sequência pelos ouvintes.

Além do aulismo, outro fator que contribui para a conformação do atual perfil do professor é a gestão das escolas. Seria necessário uma maior flexibilidade na organização do tempo, por exemplo, para criar condições de trabalho compatíveis com as necessidades de um profissional que lida com produção de conhecimento. Seria preciso também pensar mecanismos para avaliar a produção de cada professor, mesmo sabendo de toda a problemática envolvida nisso. O que se tem hoje é o estabelecimento de uma relação mesquinha de fiscalização da presença do professor na escola. O pressuposto é que a qualidade do trabalho depende inteiramente da presença física do professor na escola.

Tentar explicar o perfil do professor não significa encontrar justificativas para o seu posicionamento. As opções pedagógicas que fazemos são opções políticas. O professor vive um momento de extrema fragilidade, como lembrado pelos colegas no Simpósio, "não encontramos apoio de ninguém". Mas, de novo, é preciso lembrar: o nosso campo é o pedagógico! E nele é preciso estar sozinhos, se estamos sozinhos temos autonomia para fazermos o que acreditamos. Estar só é o preço que a liberdade cobra.

A opção pedagógica é uma resposta às demandas que a realidade nos apresenta. E ela está aí a nos desafiar a todo instante, exigindo um constante reinventar-se. Optar por acreditar que há culpados e inocentes, apontar o dedo e dizer "é culpa da Secretaria", negar-se a reconhecer as próprias responsabilidades neste processo significa abrir mão da liberdade, negar-se a exercer a autonomia que a legislação nos confere. É uma opção política que abdica da possibilidade de protagonismo. Tratar os adolescentes da EAJA, sobretudo os envolvidos com a criminalidade, como uma questão sem solução atesta a indisposição do profissional de por em questão as suas convicções, evidencia uma concepção de conhecimento e de relação do sujeito com o conhecimento já há muito superadas nas Humanidades, por fim, apresenta uma concepção política arcaica, baseada no fatalismo. O professor está longe de ser, ele sozinho, o problema da educação no Brasil mas, se não tivermos uma mudança urgente partindo dele, nenhum outro problema será resolvido a contento.